

**O currículo e seu potencial regulador: uma análise da BNCC e do novo Ensino
Médio**

Keila dos Santos Carvalho¹
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Bahia, Brasil
Endereço eletrônico: keyllacarvalho95@gmail.com

Welington de Sena Santos²
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Bahia, Brasil
Endereço eletrônico: welingtonsenatcc@gmail.com

2006

Palavras-chave: BNCC. Prática docente. Recursos didáticos

INTRODUÇÃO

Pensar currículo implica investigá-lo como um espaço de disputas, responsável pelo percurso e organização daquilo que será ensinado ao aluno. Para Sacristán (2013), essa discussão envolve várias dimensões, dentre elas, o potencial de regular a formação do estudante. Sendo assim, o currículo configura uma sistematização de conteúdos, interferindo diretamente na prática cotidiana escolar e, conseqüentemente, na didática e desenvolvimento do processo formativo do sujeito.

METODOLOGIA

A escolha sobre o que será ensinado nas escolas não é neutra (Lopes, 1997), está sujeita a múltiplas determinações, fruto de uma construção cultural estruturada nas diferentes possibilidades de usos do currículo. Compreender seu funcionamento

¹ Graduada em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Membro do LEHAM. Bolsista Capes do Mestrado em Educação pelo PPGed (Programa de Pós Graduação em Educação-UESB). Email: keyllacarvalho95@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5132820797267478> Orcid: <http://orcid.org/0009-0009-5833-586X>.

² Graduado em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Possui interesse pelos temas: Homoerotismo grego, Michel Foucault, Educação, Sexualidade, Gênero e diversidade. E-mail: welingtonsenatcc@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8747483403108144> Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-8560-3968>.

Realização:



Apoio:



pressupõe identificar o caráter regulador e a natureza das imposições, refletindo sobre sua finalidade (Sacristán, 2013, p.23). Para isso, é preciso levar em conta o contexto de produção do currículo, imerso em contradições sociais, além de conflitos de opções antagônicas orientadas por meio de concepções parciais e interesses intrínsecos.

Assim, o currículo se constitui enquanto uma estrutura complexa desde a sua formulação, com preferências e valorização de conteúdos e habilidades interligados a paradigmas eurocêntricos que desconsideram as múltiplas identidades constituídas no contexto social do país.

O notável avanço nas pesquisas voltadas a formação do sujeito de modo significativo, pesquisando temáticas que dialoguem com as realidades dos discentes, tem se dado de modo contundente nas universidades. No entanto, essas mudanças não têm chegado de modo efetivo no contexto da Educação básica, ocasionado por diversos fatores, como a grande demanda curricular, preocupada primordialmente com as avaliações em larga escala (Catelli Júnior, 2019), as condições de trabalho dos professores com número excessivos de turmas, baixo salário, além da redução da carga horária de algumas disciplinas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A realidade do trabalho docente na Educação Básica, principalmente nas escolas públicas brasileiras, é precária e de pouco recurso. Na maioria das vezes, o livro didático se apresenta como um dos principais materiais de orientação do professor, concomitantemente, é o principal instrumento de acesso ao conhecimento sistematizado que muitos dos alunos possuem. Portanto, os conteúdos apresentados no livro didático acabam sendo recebidos como verdade histórica e, muitas vezes, o despreparo do professor na formação docente e o excesso de trabalho contribui no aumento e reforço dessa problemática.

A base curricular estabelecida na educação básica brasileira, homogeneiza a educação em uma lista de conteúdos que devem ser aplicados e avaliados a partir da fita métrica quantitativa do sistema, excluindo a diversidade que vai além do todo. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) se configura como um documento político educacional de cunho normativo, responsável por estabelecer as aprendizagens

Realização:



Apoio:



consideradas essenciais a serem desenvolvidas pelos estudantes. Sua função curricular implica direcionar o que o aluno estuda (Sacristán, 2013), sendo um contexto multidimensional e político envolvendo disputas e dilemas que interferem diretamente na formação do estudante.

Vale ressaltar que a BNCC é fruto de interesses neoliberais (Giroto, 2019), evidenciado na Pedagogia das Competências (Silva, 2008) e desenvolvimento de habilidades, cujo alicerce está pautado nas avaliações em larga escala (Giroto, 2019) que orientam políticas de educação e induz a formulação dos currículos para atender a essas demandas. Neste sentido, se caracteriza como um projeto de educação que não se reconhece mais com a formação de indivíduos possuidores de liberdade e autonomia, mas como mercadoria e força de trabalho, dando-nos como horizonte imaginável um abismo profundo de futuros orientados exclusivamente para a subalternidade e a exclusão, além de aprofundar as mazelas, o desprestígio e a precariedade da função docente.

A reforma curricular do ensino médio, se constitui como uma reverberação do plano político que iniciou com a aplicação da BNCC. Maria Luiza Sússekind, define a reforma do Ensino Médio como “arrogante, indolente e malévola, (que) produz injustiças, invisibilidades e inexistências coisificando os conhecimentos, ferindo a autonomia, desumanizando o trabalho docente e, ainda, descaracterizando o estudante na sua condição de diferente, de outro legítimo. (Sússekind, 2019, p.92)”.

As propostas de reformular o modelo educacional, no intuito de fazer da educação a mola transformadora da sociedade, tem sido atravessada por uma série de conflitos, paradigmas, embates e discussões acaloradas. Essas propostas, se constituem como projetos, que em sua espinha dorsal, são formulados no objetivo de direcionar currículos escolares, práticas docentes e conteúdos, todavia, sua articulação tem se dado de modo hierárquico, colonizador, esvaziado e externo à realidade das escolas de todo o país (Sússekind, 2019).

O cenário produzido pela reforma pode ser claramente observado na precarização do exercício docente, resultado direto das políticas públicas que excluem esses profissionais da participação na tomada de decisões como a construção do documento da BNCC e da Reforma do Ensino Médio, refletindo em impactos diretos na sua prática, que além de métodos limitadores, alavancam no desgaste profissional docente.

Realização:



Apoio:



A discussão de como podemos pensar a educação, seus procedimentos e conteúdos, a partir destas novas performances de mundo, estão sendo formuladas e introjetadas em nosso meio por quais vias e a partir de quem? A questão central é, os que vivenciam diretamente a realidade da educação, que fazem parte dos percalços e desafios são centrais nessas reformas ou novamente ocupam o papel coadjuvante e/ou são excluídos destes espaços de construção?

2009

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao sermos defrontados com a urgência do mundo contemporâneo, em que somos bombardeados cotidianamente com informações de todos os nichos da sociedade, podemos identificar que a escola, enquanto instituição, faz parte desse contexto mais amplo e é também reflexo do que recebe do seu entorno, por isso, pensar na construção de uma educação que se distancie do modelo tradicional, é imprescindível para a formação dos sujeitos e dos possíveis futuros que ansiamos.

Para isso, é necessário repensarmos as problemáticas que permeiam a BNCC e a reforma do NEM, buscando centralizar o protagonismo do processo de ensino e aprendizagem no aluno, identificando na diversidade da sala de aula, potencialidades para a construção do saber. Renovar as metodologias com aprofundamento teórico atualizado, se torna urgente no fazer docente, bem como, dialogar com demandas do presente e as especificidades dos alunos e da escola como um todo.

Esse projeto de construção de uma educação que consiga dar conta das demandas das nossas sociedades, é um desafio de maturação, fazendo-nos pensar que o currículo da educação básica perpassa as especificidades da escola e, é por ela atravessado, carecendo inseri-lo no contexto do sistema social que vigora.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

GIROTTI, Eduardo Donizeti. **Pode a política pública mentir? A Base Nacional Comum Curricular e a disputa da qualidade educacional**. Educação e sociedade, Campinas, v. 40, p. 1-21, jul./mar. 2019. Disponível em:

Realização:



Apoio:



XV COLÓQUIO NACIONAL e VIII INTERNACIONAL do Museu Pedagógico da UESB

À beira do abismo:
os caminhos da humanidade
diante das ameaças
de sua extinção

<https://www.scielo.br/j/es/a/c3PrMtP6V5XVgnWv79btvjs/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em: 29 abr. 2023.

JÚNIOR, Roberto Catelli. **BNCC e a História na educação básica: Um pouco mais do mesmo.** Educação é a base? 23 Educadores discutem a BNCC, São Paulo, ed. 1, 2019.

LOPES, Alice Casimiro. **Conhecimento escolar:** processos de seleção cultural e mediação didática. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 95-112, 1997. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71466/40542>
Acesso em: 30 abr. 2022.

2010

SACRISTÁN, José Gimeno. **Saberes e Incertezas do Currículo.** Porto Alegre: Penso, 2013.

SILVA, Monica Ribeiro da. **Currículo e competências:** a formação administrada. São Paulo: Cortez, 2008.

SÜSSEKIND, Maria Luiza. **A BNCC e o “novo” Ensino Médio:** reformas arrogantes, indolentes e malévolas. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 13, n. 25, p. 91-107, jan./mai.2019. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>.

Realização:



Apoio:

